

Fugini
Alimentos Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto | 10 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 11 |



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Quotistas e Administradores da
Fugini Alimentos Ltda.
Monte Alto - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Fugini Alimentos Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Fugini Alimentos Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Partes Relacionadas demonstrações financeiras individuais

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de compras de matéria-prima da Empresa é realizada com parte relacionada e controlada Cristalina Alimentos Ltda, conforme descrito na nota explicativa nº 30 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 31 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP - 027666F



Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP 217348/O-5

Fugini Alimentos Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 | 35.715 | 56.526 | 36.067 | 56.750 | Fornecedores | 16 | 56.267 | 71.526 | 93.415 | 74.073 |
| Contas a receber | 10 | 98.850 | 83.092 | 99.936 | 84.639 | Empréstimos e financiamentos | 17 | 36.136 | 50.554 | 39.186 | 67.050 |
| Estoques | 11 | 53.529 | 53.436 | 132.619 | 121.149 | Passivo de arrendamento | 18 | 8.330 | 7.085 | 8.822 | 7.639 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 1.692 | 419 | 11.216 | 1.769 | Obrigações sociais | 19 | 9.231 | 7.319 | 13.443 | 11.073 |
| Tributos a recuperar | 12 | 19.179 | 14.265 | 29.319 | 31.110 | Obrigações tributárias | 20 | 149 | 2.034 | 6.749 | 7.839 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 29 | - | 1.188 | - | 1.188 | Imposto de renda e contribuição social | 21 | - | 146 | - | 6.955 |
| Despesas antecipadas | | 225 | 210 | 292 | 279 | Adiantamentos de clientes | | 2.895 | 2.334 | 3.021 | 2.375 |
| Outras contas a receber | | 500 | 489 | 924 | 1.173 | Outras provisões | | 1.383 | 849 | 1.893 | 1.984 |
| | | | | | | Outros contas a pagar | | 367 | 343 | 474 | 673 |
| Total do ativo circulante | | 209.690 | 209.625 | 310.373 | 298.057 | Total do passivo circulante | | 114.758 | 142.190 | 167.003 | 179.661 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Empréstimos e financiamentos | 17 | 18.141 | 53.134 | 18.393 | 56.520 |
| Depósitos judiciais | 22 | 251 | 151 | 515 | 391 | Passivo de arrendamento | 18 | 11.884 | 16.356 | 11.923 | 16.643 |
| Tributos a recuperar | 12 | 13.472 | 28.407 | 13.650 | 32.323 | Obrigações tributárias | 20 | 65 | 180 | 65 | 180 |
| Título de capitalização | | - | 1.000 | - | 1.000 | Impostos diferidos | 21 | 3.896 | 24 | 5.190 | 1.475 |
| | | | | | | Outras provisões | | 607 | 1.849 | 607 | 2.196 |
| Total do realizável a longo prazo | | 13.723 | 29.558 | 14.165 | 33.714 | Provisão para contingências | 22 | 3.466 | 15.529 | 4.648 | 16.670 |
| Investimentos | 13 | 97.028 | 94.665 | - | - | Total do passivo não circulante | | 38.059 | 87.072 | 40.826 | 93.684 |
| Imobilizado | 14 | 47.764 | 44.524 | 122.371 | 113.556 | Patrimônio líquido | 23 | | | | |
| Intangível | | 1.698 | 1.141 | 1.784 | 1.141 | Capital social | | 27.106 | 27.106 | 27.106 | 27.106 |
| Direito de Uso | 15 | 15.303 | 21.640 | 15.782 | 22.434 | Reserva de subvenção para investimentos | | 174.340 | 125.970 | 174.340 | 125.970 |
| Total do ativo não circulante | | 175.516 | 191.528 | 154.102 | 170.845 | Reserva de capital | | 824 | 824 | 824 | 824 |
| | | | | | | Ajuste de avaliação patrimonial | | 14.215 | 14.990 | 14.215 | 14.990 |
| | | | | | | Lucros acumulados | | 15.904 | 3.001 | 15.904 | 3.001 |
| | | | | | | Patrimônio líquido atribuído aos controladores | | 232.389 | 171.891 | 232.389 | 171.891 |
| | | | | | | Participação de não controladores | | - | - | 24.257 | 23.666 |
| | | | | | | Total do patrimônio líquido | | 232.389 | 171.891 | 256.646 | 195.557 |
| | | | | | | Total do passivo | | 152.817 | 229.262 | 207.829 | 273.345 |
| Total do ativo | | 385.206 | 401.153 | 464.475 | 468.902 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 385.206 | 401.153 | 464.475 | 468.902 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Fugini Alimentos Ltda.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | Nota | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita operacional líquida | 24 | 777.622 | 676.991 | 722.546 | 631.802 |
| Custo dos produtos vendidos | 25 | (509.113) | (440.111) | (419.466) | (336.898) |
| Lucro bruto | | 268.509 | 236.880 | 303.080 | 294.904 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Com vendas e comerciais | 26 | (148.308) | (116.890) | (149.527) | (117.390) |
| Gerais e administrativas | 26 | (38.515) | (38.228) | (54.649) | (51.041) |
| Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas | 28 | 2.934 | 738 | 5.188 | 16.946 |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, equivalência patrimonial e impostos | | 84.620 | 82.500 | 104.092 | 143.419 |
| Receitas financeiras | 27 | 4.206 | 13.160 | 5.115 | 19.309 |
| Despesas financeiras | 27 | (35.147) | (42.297) | (36.341) | (48.706) |
| Resultado financeiro líquido | 27 | (30.941) | (29.137) | (31.226) | (29.397) |
| Participação nos resultados da companhia investida por equivalência patrimonial | | 14.979 | 37.150 | - | - |
| Resultado antes dos impostos | | 68.658 | 90.513 | 72.866 | 114.022 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | (2.790) | (4.905) | (3.409) | (15.641) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 21 | (3.872) | (5.102) | (3.716) | (8.588) |
| Resultado do exercício | | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |
| Resultado atribuído aos: | | | | | |
| Controladores | | 61.996 | 80.506 | 61.996 | 80.506 |
| Não controladores | | - | - | 3.745 | 9.287 |
| Resultado do exercício | | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Fugini Alimentos Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Resultado do exercício | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |
| Resultado atribuído aos: | | | | |
| Controladores | 61.996 | 80.506 | 61.996 | 80.506 |
| Não controladores | - | - | 3.745 | 9.287 |
| Resultado abrangente do exercício | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Fugini Alimentos Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Atribuível aos controladores | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|--------------------|--|--|---|---|-------------------|----------------|--|----------------|
| | Capital social | Reserva de capital | Reserva de subvenção para investimento | Reserva de subvenção para investimento - Reflexa | Ajuste de avaliação patrimonial-Própria | Ajuste de avaliação patrimonial-Reflexa | Lucros acumulados | Total | Total participação dos não controladores | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 27.106 | 824 | 5.461 | 42.665 | 12.695 | 3.074 | - | 91.825 | 14.379 | 106.204 |
| Realização do ajuste avaliação patrimonial | - | - | - | - | (560) | (219) | 779 | - | - | - |
| Reserva de subvenção para investimento - Reflexa | - | - | - | 20.849 | - | - | (20.849) | - | - | - |
| Reserva de subvenção para investimento | - | - | 56.995 | - | - | - | (56.995) | - | - | - |
| Distribuição de Lucros | - | - | - | - | - | - | (440) | (440) | - | (440) |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | 80.506 | 80.506 | 9.287 | 89.793 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 27.106 | 824 | 62.456 | 63.514 | 12.135 | 2.855 | 3.001 | 171.891 | 23.666 | 195.557 |
| Realização do ajuste avaliação patrimonial | - | - | - | - | (555) | (220) | 775 | - | - | - |
| Reserva de subvenção para investimento - Reflexa | - | - | - | 12.372 | - | - | (12.372) | - | - | - |
| Reserva de subvenção para investimento | - | - | 35.998 | - | - | - | (35.998) | - | - | - |
| Distribuição de Lucros | - | - | - | - | - | - | (1.498) | (1.498) | (3.154) | (4.652) |
| Resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | 61.996 | 61.996 | 3.745 | 65.741 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 27.106 | 824 | 98.454 | 75.886 | 11.580 | 2.635 | 15.904 | 232.389 | 24.257 | 256.646 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Fugini Alimentos Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Resultado do exercício | | 61.996 | 80.506 | 65.741 | 89.793 |
| Ajustes sobre o resultado do exercício | | | | | |
| Depreciações e amortizações | | 4.144 | 3.465 | 12.279 | 11.886 |
| Amortização CPC 06 | | 6.438 | 6.105 | 7.039 | 6.765 |
| Provisão para devedores duvidosos/diversas | | 500 | 1.322 | 500 | 1.322 |
| Outras Provisões | | (708) | (1.650) | (1.680) | (116) |
| Provisão para contingências | | (12.063) | 2.265 | (12.022) | 2.596 |
| Valor líquido do ativo imobilizado vendido/baixado | | 128 | 445 | 128 | 559 |
| Equivalência patrimonial | | (14.979) | (37.150) | - | - |
| Provisão Juros CPC 06 | | 392 | 2.214 | 581 | 2.303 |
| Ganho exclusão do ICMS da base do PIS e Cofins | | - | - | - | (14.108) |
| Subvenção fiscal | | - | - | (15.464) | (13.281) |
| Instrumentos derivativos financeiros | | 1.188 | (1.448) | 1.188 | (1.448) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | | 2.790 | 4.905 | 3.409 | 15.641 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | 3.872 | 5.102 | 3.716 | 8.588 |
| Provisões juros sobre empréstimos | 17 | 5.741 | 9.848 | 6.404 | 14.870 |
| (Aumento) redução nos ativos | | | | | |
| Contas a receber | | (16.258) | (18.550) | (14.797) | (17.290) |
| Estoques | | (93) | (11.363) | (11.470) | (15.221) |
| Tributos a recuperar | | 18.032 | 17.464 | 29.389 | 15.939 |
| Título Capitalização | | 1.000 | (1.000) | 1.000 | (1.000) |
| Outras contas a receber (incluindo os adtos. a fornecedores) | | (25) | 36 | 236 | (332) |
| Depósitos judiciais | | 100 | 154 | 124 | 311 |
| Aumento (redução) nos passivos | | | | | |
| Fornecedores | | (15.259) | 4.741 | 19.342 | 17.993 |
| Obrigações sociais | | 1.912 | 469 | 2.370 | 1.210 |
| Tributos a recolher | | 2.146 | (4.550) | 1.205 | 10.231 |
| Outras contas a pagar | | 586 | 965 | 447 | 840 |
| Imposto de renda e contribuição social pago | | (3.893) | (4.843) | (4.528) | (12.716) |
| Juros pagos | | (7.962) | (7.219) | (8.679) | (12.972) |
| Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais | | 39.725 | 52.233 | 86.458 | 112.363 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisições do ativo imobilizado | 14 | (7.673) | (4.543) | (21.396) | (5.221) |
| Aquisições do Intangível | | (557) | - | (644) | - |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos | | (8.230) | (4.543) | (22.040) | (5.221) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Dividendos Pagos | | (1.497) | (440) | (17.267) | (440) |
| Pagamento CPC 06 arrendamentos | | (8.153) | (7.520) | (8.985) | (8.305) |
| Adições CPC 06 | | 4.534 | - | 4.867 | - |
| Amortizações de empréstimos e financiamentos | 17 | (47.190) | (58.426) | (63.716) | (148.764) |
| Captações de empréstimos e financiamentos | 17 | - | 59.676 | - | 91.302 |
| Caixa líquido consumido nas atividades de financiamentos | | (52.306) | (6.710) | (85.101) | (66.207) |
| (Diminuição)/Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | | (20.811) | 40.980 | (20.683) | 40.935 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 56.526 | 15.546 | 56.750 | 15.815 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 35.715 | 56.526 | 36.067 | 56.750 |
| (Diminuição)/Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa | | (20.811) | 40.980 | (20.683) | 40.935 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

As atividades do Grupo Fugini compreendem as seguintes Empresas e operações:

- **Fugini Alimentos Ltda. (Controladora)**

A Empresa tem sua sede na Avenida Fugita, 1.000, Jardim Novo Paraíso, no Município de Monte Alto, Estado de São Paulo.

A Empresa tem como objeto social a industrialização, comercialização, exportação de produtos de fabricação própria e de produtos adquiridos de terceiros, importação de produtos para fabricação e de produtos adquiridos de terceiros, armazenagem de produtos de fabricação própria e de produtos adquiridos de terceiros e representação de produtos alimentícios em geral, *in natura*, em conserva, podendo para tanto importar matérias-primas, produtos acabados e outros artigos relacionados à sua atividade, atuando nos seguintes canais de vendas atacado, varejo, cash carry, Key Account, Food Service.

Presente no segmento alimentar, com os seguintes produtos Doces em Massas, Cremes, Molhos Básicos, Molhos Especiais, Molhos Gourmets, Molhos Orientais, Condimentos, Linha Prática, Prato Pronto, Azeitonas, Champignon, Vegetais, Amido, Linha Orgânica, Amido e Food Service.

- **Cristalina Alimentos Ltda. (Controlada)**

A Empresa tem sua sede na Rodovia BR 040 Km. 72,7, Zona Rural, no Município de Cristalina, Estado de Goiás.

A Empresa tem como objeto social a industrialização, comercialização, exportação de produtos de fabricação própria e de produtos adquiridos de terceiros, importação de produtos para fabricação e de produtos adquiridos de terceiros, armazenagem de produtos de fabricação própria e de produtos adquiridos de terceiros e representação de produtos alimentícios em geral, *in natura*, em conserva, podendo para tanto importar matérias-primas, produtos acabados e outros artigos relacionados à sua atividade.

A Empresa comercializa parte significativa de sua produção de polpa para sua parte relacionada controladora Fugini Alimentos Ltda., conforme mencionado nas notas explicativas 30.

1.1 Impactos causados pela pandemia Covid-19 e Ações tomadas pela Fugini e controlada

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos

países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

A Fugini e controladas estão monitorando os efeitos em decorrência da pandemia da COVID-19 e, até o momento, não sofreu qualquer impacto material financeiro. O segmento de atuação da Empresa é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das autoridades nas regiões em que atua.

A Empresa implementou diversas medidas de controle para manter suas operações e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID 19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Abaixo segue um resumo dos principais impactos nos negócios:

Cancelamento de viagens e o cancelamento de reuniões, eventos, treinamentos presenciais; o fortalecimento do papel da liderança frente à demanda de produtividade e trabalho à distância, mantendo o foco no resultado e engajamento;

Intensiva campanha interna sobre a Covid-19, envolvendo todos os colaboradores que estiverem em home office ou nas unidades (Ex. utilização de transporte fretado, regras de distanciamento nos refeitórios, vestiários, áreas comuns e produção);

Reforço nos procedimentos de segurança e uso de EPI's, disponibilização de álcool gel, antecipação da campanha de vacinação, informações sobre saúde física e equilíbrio emocional.

Adicionalmente reforçamos a gestão do nível de estoque de matérias-primas, insumos e produtos acabados e reorganização da produção, ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, substituímos a participação de todos em eventos corporativos, reuniões presenciais e viagens por comunicação entre unidades de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo.

A Empresa entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora as operações industriais, vendas ou situação financeira da Empresa não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar

possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

A Empresa concluiu sobre a adequação do uso do princípio contábil da continuidade das operações. Até o presente momento a pandemia não causou alterações em nossas atividades e não revelou nenhum potencial risco à nossa continuidade.

2 Entidade da Empresa

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a demonstração financeira da seguinte Controlada:

| | Participação % | |
|----------------------------|-----------------------|-------------|
| | 2021 | 2020 |
| Controlada | | |
| Cristalina Alimentos Ltda. | 80% | 80% |

3 Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Declaração de conformidade (com relação às do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com a legislação societária e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, constituindo-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10**– mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 11**- mensuração de perda esperada para estoques principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 21**- reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 7 (f) iii**- vida útil do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 22**- reconhecimento e mensuração de provisões de riscos: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, O Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do

período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 29-** Instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; e
- Instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo valor justo.

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Controladora.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Empresa, nas demonstrações financeiras individuais são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Empresa no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Empresa na controlada. Perdas não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas;
- b. Eliminação dos lucros e prejuízos contidos nos estoques decorrentes de operações entre as Empresas;
- c. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das Empresas controladas;
- d. Eliminação dos saldos de receitas, custos e despesas decorrentes de negócios entre as Empresas;
- e. Registro do valor da participação dos quotistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

c. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. As mudanças não afetaram as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas.

Esta norma estabelece critérios que visa identificar se contabilização da receita foram satisfeitos e correspondem aos seguintes aspectos:

- Identificar o contrato com o cliente;
- Identificar das obrigações de desempenho estabelecido no contrato;
- Determinar o preço da transação;
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho;
- Reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de desempenho.

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando as obrigações de performances forem concluídas.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Empresa e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para

determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Empresa e suas controladas atualizam primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Empresa e suas controladas aplicam as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Capital social*

As quotas são classificadas como patrimônio líquido.

e. *Subvenção para investimentos – ICMS*

A Controlada possui programa de incentivo estadual, na forma de financiamento de parte de pagamento do ICMS. A utilização dessa subvenção para investimento pela Empresa está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Empresa. O benefício fiscal é liberado mediante a emissão de carta de crédito do crédito de ICMS emitida pelo estado de Goiás.

As receitas provenientes desses incentivos são registradas no resultado do exercício na rubrica de Impostos sobre vendas, conforme divulgado na nota explicativa nº 20.

A Controladora possui o regime especial de tributação do ICMS (crédito outorgado). O benefício permite a compensação de importância resultante da aplicação de porcentagem fixa sobre suas saídas, em substituição ao aproveitamento dos créditos do imposto relativos à aquisição de produtos agrícolas, energia elétrica, telecomunicação e óleo combustível utilizados no processo industrial, em substituição ao sistema normal de creditamento.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para as normas CPCs foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão

disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

| | |
|---|--------------|
| Edifícios e benfeitorias em bens de terceiros | 10 a 50 anos |
| Máquinas e equipamentos | 5 - 25 anos |
| Móveis e utensílios | 1 - 8 anos |
| Equipamentos de informática | 2 a 5 anos |
| Veículos | 1 a 10 anos |
| Instalações Industriais | 15 a 25 anos |
| Benfeitorias em propriedades de terceiros | 30 a 50 anos |
| Aeronaves | 4 a 5 anos |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustado caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

(i) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo é a seguinte:

| | |
|----------|--------|
| Software | 5 anos |
|----------|--------|

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados se apropriado.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro em sua origem com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**Ativo financeiro
mensurado a
custo amortizado**

O Grupo considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada.

Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Empresa utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando o Grupo considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não as propriedades para investimento, os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros recebidos de clientes, juros sobre aplicações financeiras de curto prazo classificadas em disponibilidades, descontos concedidos por fornecedores por antecipação de pagamento, sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações cambiais ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos bancários, correções financeiras referente a investimentos, descontos concedidos a clientes em negociações especiais e variações cambiais passivas.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa do imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros

estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Arrendamentos

No início de um contrato, a Empresa avaliou se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Empresa utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2019.

i *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa alocou a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, Empresa optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Empresa reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo do direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de

empréstimo incremental da Empresa. Geralmente, a Empresa usa taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente medidos utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Empresa alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Empresa optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Empresa reconheceu os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Empresa e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Empresa e suas controladas determinaram que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Empresa e suas controladas:

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

9 Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Caixa | 80 | 69 | 80 | 70 |
| Bancos | 4.317 | 4.588 | 4.650 | 4.800 |
| Aplicações financeiras | 31.318 | 51.869 | 31.337 | 51.880 |
| | 35.715 | 56.526 | 36.067 | 56.750 |

O saldo de caixa e equivalentes de caixa compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para o uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 83% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (72% a 101% em 2020), tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política está adotada pelo Grupo no gerenciamento desses ativos financeiros.

A exposição da Empresa e sua controlada a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgada na nota explicativa nº 29.

10 Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Clientes nacionais | 98.850 | 83.092 | 99.936 | 84.639 |
| | 98.850 | 83.092 | 99.936 | 84.639 |

A Empresa e sua controlada, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possuíam nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| A vencer | 98.069 | 82.066 | 97.951 | 83.331 |
| Vencidas: | | | | |
| Em até 30 dias | 2.207 | 2.069 | 2.207 | 2.169 |
| De 31 à 60 dias | 431 | 121 | 431 | 121 |
| Após 60 dias | 5.842 | 5.846 | 6.186 | 6.168 |
| | 106.549 | 90.102 | 106.775 | 91.789 |
| (-) Provisão de perdas de crédito esperadas | (6.699) | (7.010) | (6.839) | (7.150) |
| | 98.850 | 83.092 | 99.936 | 84.639 |

Levando em consideração o histórico de recebimento individualizado de seus clientes e de acordo com o prazo de médio de recebimento, reconhece a provisão de perdas para créditos esperadas.

Movimentação da provisão de perda de créditos esperados:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Saldo inicial | 7.010 | 5.688 | 7.150 | 5.827 |
| Adições | 497 | 1.764 | 497 | 1.764 |
| Baixas | (808) | (442) | (808) | (441) |
| Saldo final | 6.699 | 7.010 | 6.839 | 7.150 |

A exposição da Empresa e sua controlada a risco de crédito, moeda e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 29.

11 Estoques

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Produto acabado | 22.959 | 14.436 | 24.374 | 18.369 |
| Embalagem | 9.345 | 7.968 | 22.288 | 17.226 |
| Polpa (i) | 12.607 | 19.312 | 68.315 | 66.180 |
| Almoxarifado | 1.289 | 2.248 | 5.667 | 5.852 |
| Mercadoria para revenda | 3.120 | 5.286 | 3.197 | 5.530 |
| Semi acabado | 312 | 476 | 2.571 | 2.991 |
| Insumo | 2.320 | 2.383 | 2.787 | 2.632 |
| Matéria-prima | 516 | 78 | 2.182 | 1.339 |
| Produtos em elaboração | 837 | 722 | 837 | 722 |
| Utilidades | 218 | 96 | 395 | 133 |
| Material de marketing | 6 | 1 | 6 | 1 |
| Outros | - | 430 | - | 174 |
| | 53.529 | 53.436 | 132.619 | 121.149 |
| | 53.529 | 53.436 | 132.619 | 121.149 |

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Empresa e sua controlada não identificou a necessidade de constituir provisão para ajuste a valor líquido realizável ou perda por obsolescência de estoques.

- (i) A Empresa e sua controlada apresentam valor significativo de estoque classificado como “Polpa de Tomate e Polpa de Frutas” devido à necessidade de manter estoque para suprir a sazonalidade de suprimento de matéria prima agrícola, que tem produção baseado em safras anuais com colheita em período determinado durante o ano.

12 Tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| ICMS | 795 | 2.203 | 1.115 | 2.618 |
| PIS/COFINS | 29.529 | 39.627 | 37.887 | 59.650 |
| Imposto de Renda/CS | 2.100 | 776 | 3.420 | 820 |
| Outros impostos a recuperar | 227 | 66 | 547 | 345 |
| | 32.651 | 42.672 | 42.969 | 63.433 |
| Circulante | 19.179 | 14.265 | 29.319 | 31.110 |
| Não circulante | 13.472 | 28.407 | 13.650 | 32.323 |

Os saldos de impostos a recuperar são considerados realizáveis pela Administração durante o curso normal das operações da Empresa e sua controlada.

13 Investimentos - Controladora

A Empresa registrou no resultado um ganho por equivalência patrimonial de R\$ 14.979 em 2021 (ganho em 2020 no valor de R\$ 37.150) de empresa registrada por equivalência patrimonial.

Nos exercícios de 2020 a Empresa não recebeu lucros de empresa registrada por equivalência patrimonial e em 2021 recebeu conforme abaixo.

a. Composição dos saldos

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Participação em empresa controlada | 97.028 | 94.665 |
| | 97.028 | 94.665 |

b. Movimentação da participação em controladas:

| | |
|--|----------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2021 | 94.665 |
| Equivalência patrimonial | 14.979 |
| Redução por recebimento de lucros de investida | (12.616) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 97.028 |

c. Informações da controlada

2021

| | Percentual de participação | Total de ativos | Capital social | Patrimônio líquido | Receita líquida | Lucro líquido |
|--|----------------------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Controlada: Cristalina Alimentos Ltda. | 80% | 187.855 | 14.718 | 121.286 | 333.561 | 18.725 |

2020

| | Percentual de participação | Total de ativos | Capital social | Patrimônio líquido | Receita líquida | Lucro líquido |
|--|----------------------------|-----------------|----------------|--------------------|-----------------|---------------|
| Controlada: Cristalina Alimentos Ltda. | 80% | 198.308 | 14.718 | 118.331 | 291.217 | 46.438 |

14 Imobilizado

Composição do ativo imobilizado é a seguinte:

a. Controladora

| | Taxa média depreciação a.a. (%) | Custo | Depreciação acumulada | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Terrenos | | 727 | - | 727 | 727 |
| Edificações e benfeitorias | 2% | 26.664 | (4.790) | 21.874 | 22.525 |
| Máquinas e equipamentos | 8% | 48.496 | (28.627) | 19.869 | 18.669 |
| Móveis e utensílios | 9% | 468 | (308) | 160 | 150 |
| Equipamentos de informática | 28% | 2.350 | (1.451) | 899 | 152 |
| Instalações industriais | 5% | 2.367 | (852) | 1.515 | 1.629 |
| Veículos | 33% | 898 | (240) | 658 | 15 |
| Aeronave | 10% | 1.476 | (1.170) | 306 | 347 |
| Obras em andamento | | 1.756 | - | 1.756 | 310 |
| | | <u>85.201</u> | <u>(37.437)</u> | <u>47.764</u> | <u>44.524</u> |

| | Taxa média depreciação a.a. (%) | Custo | Depreciação acumulada | 2020 | 2019 |
|-----------------------------|---------------------------------|---------------|-----------------------|---------------|---------------|
| Terrenos | | 727 | - | 727 | 727 |
| Edificações e benfeitorias | 9% | 26.624 | (4.100) | 22.525 | 23.113 |
| Máquinas e equipamentos | 8% | 44.099 | (25.430) | 18.669 | 16.521 |
| Móveis e utensílios | 11% | 435 | (285) | 150 | 172 |
| Equipamentos de informática | 34% | 1.463 | (1.311) | 152 | 254 |
| Instalações industriais | 5% | 2.367 | (738) | 1.629 | 1.742 |
| Veículos | 20% | 444 | (428) | 15 | 86 |
| Aeronave | 19% | 1.476 | (1.129) | 347 | 137 |
| Obras em andamento | | 310 | - | 310 | 1.139 |
| | | <u>77.945</u> | <u>(33.421)</u> | <u>44.524</u> | <u>43.891</u> |

b. Consolidado

| | Taxa média depreciação a.a.(%) | Custo | Depreciação acumulada | 2021 | 2020 |
|-----------------------------|---|----------------|----------------------------------|----------------|----------------|
| Terrenos | | 727 | - | 727 | 727 |
| Edificações e benfeitorias | 2% | 45.205 | (8.285) | 36.920 | 37.044 |
| Máquinas e equipamentos | 8% | 154.573 | (86.308) | 68.265 | 72.980 |
| Móveis e utensílios | 9% | 805 | (532) | 273 | 262 |
| Equipamentos de informática | 28% | 2.962 | (1.678) | 1.284 | 209 |
| Instalações industriais | 5% | 2.367 | (851) | 1.516 | 1.629 |
| Veículos | 33% | 976 | (318) | 658 | 18 |
| Aeronave | 10% | 1.476 | (1.170) | 306 | 347 |
| Obras em andamento | | 12.422 | - | 12.422 | 340 |
| | | <u>221.513</u> | <u>(99.142)</u> | <u>122.371</u> | <u>113.556</u> |

| | Taxa média depreciaçãoa.a.(%) | Custo | Depreciação acumulada | 2020 | 2019 |
|-----------------------------|--|----------------|----------------------------------|----------------|----------------|
| Terrenos | | 727 | - | 727 | 727 |
| Edificações e benfeitorias | 9% | 44.252 | (7.208) | 37.044 | 37.270 |
| Máquinas e equipamentos | 8% | 148.514 | (75.534) | 72.980 | 76.757 |
| Móveis e utensílios | 11% | 748 | (486) | 262 | 297 |
| Equipamentos de informática | 34% | 1.716 | (1.507) | 209 | 291 |
| Instalações industriais | 5% | 2.367 | (738) | 1.629 | 1.742 |
| Veículos | 20% | 522 | (504) | 18 | 92 |
| Aeronave | 19% | 1.476 | (1.129) | 347 | 137 |
| Obras em andamento | | 340 | - | 340 | 3.465 |
| | | <u>200.662</u> | <u>(87.106)</u> | <u>113.556</u> | <u>120.778</u> |

Controladora:

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Equip. de informática | Instalações industriais | Veículos | Aeronave | Obras em andamento | Total |
|-------------------------------------|----------|----------------------------|-------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|----------|----------|--------------------|----------|
| Custo | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 janeiro de 2020 | 727 | 26.524 | 39.555 | 430 | 1.428 | 2.367 | 477 | 1.200 | 1.139 | 73.847 |
| Adições | - | 70 | 527 | 5 | 35 | - | - | 276 | 3.630 | 4.543 |
| Baixas | - | - | (412) | - | - | - | (33) | - | - | (445) |
| Transferências | - | 30 | 4.429 | - | - | - | - | - | (4.459) | - |
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | 727 | 26.624 | 44.099 | 435 | 1.463 | 2.367 | 444 | 1.476 | 310 | 77.945 |
| Adições | - | - | 4.218 | 42 | 910 | - | 732 | - | 1.771 | 7.673 |
| Baixas | - | - | (107) | (9) | (23) | - | (278) | - | - | (417) |
| Transferências | - | 39 | 286 | - | - | - | - | - | (325) | - |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 727 | 26.664 | 48.496 | 468 | 2.350 | 2.367 | 898 | 1.476 | 1.756 | 85.201 |
| Depreciação | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 janeiro de 2020 | - | (3.411) | (23.034) | (258) | (1.174) | (625) | (391) | (1.063) | - | (29.956) |
| Depreciação | - | (477) | (1.884) | (19) | (136) | (7) | (37) | (66) | - | (2.626) |
| Depreciação - Custo Atribuído | - | (212) | (512) | (8) | (1) | (106) | - | - | - | (839) |
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | - | (4.100) | (25.430) | (285) | (1.311) | (738) | (428) | (1.129) | - | (33.421) |
| Depreciação | - | (478) | (2.684) | (15) | (139) | (8) | 188 | (41) | - | (3.177) |
| Depreciação - Custo Atribuído | - | (212) | (513) | (8) | (1) | (106) | - | - | - | (840) |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | - | (4.790) | (28.627) | (308) | (1.451) | (852) | (240) | (1.170) | - | (37.437) |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 727 | 22.525 | 18.669 | 150 | 152 | 1.629 | 15 | 347 | 310 | 44.524 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 727 | 21.874 | 19.869 | 160 | 899 | 1.515 | 658 | 306 | 1756 | 47.764 |

Consolidado:

| | Terrenos | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Móveis e utensílios | Equip. de informática | Instalações industriais | Veículos | Aeronave | Obras em andamento | Total |
|-------------------------------------|------------|----------------------------|-------------------------|---------------------|-----------------------|-------------------------|--------------|----------------|--------------------|-----------------|
| Custo | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 janeiro de 2020 | 727 | 43.430 | 141.878 | 731 | 1.647 | 2.367 | 555 | 1.200 | 3.465 | 196.000 |
| Adições | - | 70 | 785 | 17 | 69 | - | - | 276 | 4.004 | 5.221 |
| Baixas | - | - | (521) | - | - | - | (33) | - | (5) | (559) |
| Transferências | - | 752 | 6.372 | - | - | - | - | - | (7.124) | - |
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | 727 | 44.252 | 148.514 | 748 | 1.716 | 2.367 | 522 | 1.476 | 340 | 200.662 |
| Adições | - | 76 | 5.663 | 66 | 1.269 | - | 732 | - | 13.590 | 21.396 |
| Baixas | - | - | (235) | (9) | (23) | - | (278) | - | - | (545) |
| Transferências | - | 877 | 631 | - | - | - | - | - | (1.508) | - |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | 727 | 45.205 | 154.573 | 805 | 2.962 | 2.367 | 976 | 1.476 | 12.422 * | 221.512 |
| Depreciação | | | | | | | | | | |
| Saldo em 01 janeiro de 2020 | - | (6.160) | (65.120) | (434) | (1.356) | (625) | (463) | (1.063) | - | (75.221) |
| Depreciação | - | (813) | (9.511) | (43) | (149) | (7) | (41) | (66) | - | (10.630) |
| Depreciação - Custo Atribuído | - | (235) | (903) | (9) | (2) | (106) | - | - | - | (1.256) |
| Saldo em 31 de dezembro 2020 | - | (7.208) | (75.534) | (486) | (1.507) | (738) | (504) | (1.129) | - | (87.106) |
| Depreciação | - | (841) | (9.870) | (36) | (170) | (7) | 186 | (40) | - | (10.779) |
| Depreciação - Custo Atribuído | - | (236) | (904) | (10) | (1) | (106) | - | - | - | (1.257) |
| Saldo em 31 de dezembro 2021 | - | (8.285) | (86.308) | (532) | (1.678) | (851) | (318) | (1.169) | - | (99.141) |
| Em 31 de dezembro de 2020 | 727 | 37.044 | 72.980 | 262 | 209 | 1.629 | 18 | 347 | 340 | 113.556 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 727 | 36.920 | 68.265 | 273 | 1.284 | 1.516 | 658 | 306 | 12.422 | 122.371 |

* Refere-se a construção de novo Galpões e Linha nova de molhos com previsão de término entre Fevereiro e Março/2022 na controlada Cristalina.

c. Depreciação

A Administração efetuou a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2021, com o auxílio dos engenheiros. Em 31 de dezembro de 2021 não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2020. A depreciação, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos e foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

d. Provisão para redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa e sua controlada não constatou a necessidade de reconhecimento de provisão para redução no valor recuperável dos mesmos, uma vez que a projeção de geração futura de caixa é suficiente para cobertura de seus ativos.

e. Bens dados em garantias

Em 31 de dezembro de 2021 foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 3.797 e R\$ 3.926 controladora e consolidado, respectivamente.

15 Direito de Uso

| Custo ou avaliação: | Controladora | Consolidado |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 21.640 | 22.434 |
| Adições novos contratos - sem efeito caixa | 4.484 | 4.713 |
| Remensuração de contratos - sem efeito caixa | 384 | 489 |
| Baixa | <u>(6.565)</u> | <u>(7.677)</u> |
| Em 31 de dezembro de 2021 | <u>19.943</u> | <u>19.959</u> |
| Amortização: | | |
| Adições - com impacto no resultado | (6.985) | (7.635) |
| Baixa | <u>2.345</u> | <u>3.458</u> |
| Em 31 de dezembro de 2021 | <u>(4.640)</u> | <u>(4.177)</u> |
| Valor líquido: | | |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 15.303 | 15.782 |

16 Fornecedores

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Fornecedores <i>intercompany</i> (Nota explicativa nº30) | 15.241 | 37.687 | 3.693 | 1.795 |
| Fornecedores embalagens | 15.736 | 14.686 | 30.919 | 30.451 |
| Fornecedores de fretes | 11.018 | 9.349 | 12.637 | 10.628 |
| Fornecedores materiais diversos | 5.862 | 4.546 | 17.637 | 10.795 |
| Fornecedores insumos | 5.100 | 3.004 | 5.505 | 4.019 |
| Fornecedores de serviços | 2.848 | 1.591 | 4.584 | 2.859 |
| Fornecedores matéria prima | 462 | 663 | 15.501 | 13.394 |
| Fornecedores de produtos in natura | - | - | 158 | - |
| Fornecedores estrangeiros | - | - | 2.781 | 1.927 |
| | 56.267 | 71.526 | 93.415 | 74.073 |

A exposição do Grupo para os riscos de moeda e de crédito relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº29.

17 Empréstimos e financiamentos

| Modalidade | Indexador | Taxa de atualização a.a. (%) | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------|------------|------------------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | | | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Capital de giro | CDI | 3,26% | 53.325 | 102.372 | 56.499 | 121.119 |
| Finame | CDI | 6,00% | 952 | 1.245 | 1.080 | 1.696 |
| Leasing | CDI | 3,92% | - | 71 | - | 138 |
| CDC | Pré-fixado | 13,00% | - | - | - | 617 |
| | | | 54.277 | 103.688 | 57.579 | 123.570 |
| Circulante | | | 36.136 | 50.554 | 39.186 | 67.050 |
| Não circulante | | | 18.141 | 53.134 | 18.393 | 56.520 |

O fluxo de amortizações dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| 2021 | - | 47.545 | - | 64.041 |
| 2022 | 36.136 | 36.307 | 39.186 | 39.450 |
| 2023 | 17.274 | 18.769 | 17.526 | 19.012 |
| 2024 | 848 | 1.045 | 848 | 1.045 |
| 2025 | 19 | 22 | 19 | 22 |
| | 54.277 | 103.688 | 57.579 | 123.570 |

Movimentação empréstimos e financiamentos

| Controladora | | | | | | |
|-----------------|----------------|---|----------------------|--|--------------------------|----------------|
| Modalidade | 2020 | (-) Pagamentos empréstimos juros | Provisão de juros | (-) Pagamentos empréstimos principal | Captações empréstimos | 2021 |
| <i>Leasing</i> | 71 | (21) | 2 | (52) | - | - |
| Finame | 1.245 | (63) | 66 | (296) | - | 952 |
| Capital de giro | 102.372 | (7.878) | 5.673 | (46.842) | - | 53.325 |
| | <u>103.688</u> | <u>(7.962)</u> | <u>5.741</u> | <u>(47.190)</u> | <u>-</u> | <u>54.277</u> |
| Controladora | | | | | | |
| Modalidade | 2019 | (-) Pagamentos empréstimos juros | Provisão de juros | (-) Pagamentos empréstimos principal | Captações empréstimos | 2020 |
| <i>Leasing</i> | 607 | (285) | 212 | (839) | 376 | 71 |
| Finame | 1.543 | (80) | 81 | (299) | - | 1.245 |
| Capital de giro | 97.659 | (6.854) | 9.555 | (57.288) | 59.300 | 102.372 |
| | <u>99.809</u> | <u>(7.219)</u> | <u>9.848</u> | <u>(58.426)</u> | <u>59.676</u> | <u>103.688</u> |

| Consolidado | | | | | | |
|-----------------|----------------|-------------------------------------|-------------------|---|--------------------------|---------------|
| Modalidade | 2020 | (-) Pagamentos empréstimos juros | Provisão de juros | (-) Pagamentos empréstimos principal | Captações empréstimos | 2021 |
| <i>Leasing</i> | 138 | (28) | 4 | (114) | - | - |
| Finame | 1.696 | (88) | 77 | (605) | - | 1.080 |
| Capital de giro | 121.119 | (8.532) | 6.284 | (62.372) | - | 56.499 |
| NCDC | 617 | (31) | 39 | (625) | - | - |
| | 123.570 | (8.679) | 6.404 | (63.716) | - | 57.579 |

| Consolidado | | | | | | |
|-----------------|----------------|-------------------------------------|-------------------|---|--------------------------|----------------|
| Modalidade | 2019 | (-) Pagamentos empréstimos juros | Provisão de juros | (-) Pagamentos empréstimos principal | Captações empréstimos | 2020 |
| <i>Leasing</i> | 2.035 | (843) | 464 | (1.894) | 376 | 138 |
| NPR | 4.081 | (96) | 95 | (7.905) | 3.825 | - |
| Finame | 9.558 | (948) | 905 | (7.819) | - | 1.696 |
| Capital de giro | 161.835 | (10.953) | 13.303 | (130.167) | 87.101 | 121.119 |
| NCDC | 1.625 | (132) | 103 | (979) | - | 617 |
| | 179.134 | (12.972) | 14.870 | (148.764) | 91.302 | 123.570 |

Garantias

Conforme descrito em nota explicativa nº 14 - Imobilizado, os empréstimos e financiamentos são garantidos por hipotecas e alienações fiduciárias, incluindo ativos e avais. Os ativos oferecidos em garantia de empréstimos e financiamentos pertencem ao Grupo Econômico Fugini.

18 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

| | Controladora | Consolidado | | Controladora | Consolidado |
|----------------------------------|---------------------|--------------------|----------------------------------|---------------------|--------------------|
| Em 31 de dezembro de 2020 | 23.441 | 24.282 | Em 1 de janeiro de 2020 | 18.727 | 20.364 |
| Adições novos contratos | 4.534 | 4.867 | Adições novos contratos | 9.071 | 9.071 |
| (-) AVP adições novos contratos | - | - | (-) AVP adições novos contratos | - | - |
| | <u>4.534</u> | <u>4.867</u> | | <u>9.071</u> | <u>9.071</u> |
| Pagamentos | (8.153) | (8.985) | Pagamentos | (7.520) | (8.305) |
| Atualização | 8 | 92 | Atualização | 2.214 | 2.303 |
| Remensuração dos contratos | 384 | 489 | Remensuração dos contratos | 949 | 849 |
| Em 31 de dezembro de 2021 | 20.214 | 20.745 | Em 31 de dezembro de 2020 | 23.441 | 24.282 |
| | <u>20.214</u> | <u>20.745</u> | | <u>23.441</u> | <u>24.282</u> |
| Circulante | (8.330) | (8.822) | Circulante | (7.085) | (7.639) |
| Não circulante | (11.884) | (11.923) | Não circulante | (16.356) | (16.643) |
| | <u>(11.884)</u> | <u>(11.923)</u> | | <u>(16.356)</u> | <u>(16.643)</u> |

19 Obrigações Sociais

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|----------------------------------|---------------------|--------------|--------------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Provisão de férias e encargos | 4.761 | 3.795 | 7.497 | 4.888 |
| Salários e ordenados | 1.262 | 1.051 | 1.834 | 1.215 |
| INSS | 943 | 765 | 1.514 | 1.820 |
| FGTS | 343 | 268 | 530 | 1.239 |
| IRRF | 538 | 266 | 680 | 425 |
| Outras contribuições | - | - | - | 308 |
| Provisão Participação Resultados | 1.372 | 1.167 | 1.372 | 1.167 |
| Pensão alimentícia | 12 | 7 | 16 | 11 |
| | <u>9.231</u> | <u>7.319</u> | <u>13.443</u> | <u>11.073</u> |

20 Obrigações tributárias

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| ICMS Produzir (i) | - | - | 4.057 | 3.607 |
| ICMS - Substituição tributária | - | 1.582 | - | 1.582 |
| ICMS | - | - | 888 | - |
| Parcelamentos diversos | 30 | 306 | 29 | 306 |
| PIS/COFINS/CSLL retido na fonte | 76 | 159 | 100 | 203 |
| INSS retido na fonte | 61 | 93 | 94 | 170 |
| ISS retido na fonte | 17 | 37 | 53 | 80 |
| IR retido na fonte | 29 | 35 | 29 | 44 |
| Funrural | 1 | 2 | 100 | 32 |
| Cofins | - | - | 1.191 | 1.965 |
| PIS | - | - | 258 | 17 |
| Outros | - | - | 15 | 13 |
| | 214 | 2.214 | 6.814 | 8.019 |
| Circulante | 149 | 2.034 | 6.749 | 7.839 |
| Não circulante | 65 | 180 | 65 | 180 |

(i) ICMS Produzir

Em 30 de setembro de 2010 a Controlada celebrou com a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, através da Agência de Fomento de Goiás (GOIÁSFOMENTO), o Termo de Acordo de Regime Especial - TARE Nº 090/2010, para fruição até o prazo de 31/12/2032 do Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - PRODUZIR (Decreto Nº 5265 de 31 julho de 2000), que é um programa do Governo do Estado de Goiás que incentiva a implantação, expansão ou revitalização de indústrias, estimulando a realização de investimentos, a renovação tecnológica e o aumento da competitividade estadual com ênfase na geração de emprego, renda e redução das desigualdades sociais e regionais. Por este acordo, a Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás concedeu à Empresa o benefício do recolhimento do ICMS até o valor de R\$ 445.394 conforme Contrato Nº 007/2010, para implantação de unidade industrial no município de Cristalina e posteriormente adicionou o montante de R\$ 303.457 (Aditivos Nº 01 e 02 ao Contrato Nº 007/2010). Este benefício abrange as Operações Incentivadas, que são as saídas correspondentes à operação própria com produtos do projeto e autoriza a Cristalina a efetuar o pagamento do imposto apurado em regime normal no percentual de 27% do ICMS em data específica e os 73% restantes do ICMS é financiado mensalmente, sobre o qual é realizado o recolhimento de 10% a título de antecipação e pagamento de juros sobre o montante financiado à taxa de 0,2% a.m..

Fugini Alimentos Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

| Ativo - Garantia : | 2021 | 2020 |
|-------------------------------------|-------------|-------------|
| Saldo inicial | 199 | 96 |
| (+) Garantias pagas no exercício | 1.736 | 1.445 |
| (-) Utilizadas no exercício | (1.718) | (1.342) |
| (=) Saldo final do exercício | 217 | 199 |
| Passivo - ICMS Produzir: | | |
| Saldo inicial | 3.607 | 2.164 |
| (+) ICMS financiado no exercício | 17.632 | 16.066 |
| (-) Utilizadas no exercício | (17.182) | (14.623) |
| (=) Saldo final do exercício | 4.057 | 3.607 |

21 Impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos

Controladora

| | Ativo | | Passivo | | Líquido | |
|--|--------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|-------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Adições temporárias | | | | | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 1.250 | 1.572 | - | - | 1.250 | 1.572 |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 3.466 | 3.295 | - | - | 3.466 | 3.295 |
| Provisão de Contingências Tributárias | - | 12.234 | - | - | - | 12.234 |
| Provisão Participação Resultados | 1.372 | 1.215 | - | - | 1.372 | 1.215 |
| Exclusões temporárias | | | | | | |
| Custo atribuído (<i>Deemedcost</i>) | - | - | (17.546) | (18.387) | (17.546) | (18.387) |
| Base de cálculo tributos diferidos | 6.088 | 18.316 | (17.546) | (18.387) | (11.458) | (71) |
| IRPJ diferidos - diferença temporária | 1.522 | 4.579 | (4.387) | (4.597) | (2.865) | (18) |
| CSLL diferidos - diferença temporária | 548 | 1.648 | (1.579) | (1.655) | (1.031) | (6) |
| Total dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias | 2.070 | 6.227 | (5.966) | (6.252) | (3.896) | (24) |

Consolidado

| | Ativo | | Passivo | | Líquido | |
|--|--------------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Adições temporárias | | | | | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 1.250 | 1.572 | - | - | 1.250 | 1.572 |
| Provisão para riscos cíveis e trabalhistas | 4.647 | 4.436 | - | - | 4.647 | 16.670 |
| Provisão de Contingências Tributárias | - | 12.234 | - | - | - | - |
| Provisão Participação Resultados | 1.372 | 1.215 | - | - | 1.372 | 1.215 |
| Exclusões temporárias | | | | | | |
| Custo atribuído (<i>Deemedcost</i>) | - | - | (22.536) | (23.794) | (22.536) | - |
| Base de cálculo tributos diferidos | 7.269 | 19.457 | (22.536) | (23.794) | (15.267) | (4.337) |
| IRPJ diferidos - diferença temporária | 1.817 | 4.864 | 5.634 | (5.949) | (3.816) | (1.084) |
| CSLL diferidos - diferença temporária | 654 | 1.751 | 2.028 | (2.141) | (1.374) | (390) |
| Total dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias | 2.471 | 6.615 | (7.662) | (8.090) | (5.190) | (1.475) |

A Empresa possui base de cálculo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não reconhecidos no montante de R\$ 33.000 sem limite prescricional, aos quais não tem expectativa de realização com base nas projeções futuras.

A Administração do Grupo considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias, serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Conforme Pronunciamento Técnico CPC-32 Tributos sobre o Lucro, embora os ativos e passivos fiscais diferidos sejam reconhecidos e mensurados separadamente, para fins de apresentação foram compensados, demonstrando, assim, o valor líquido.

Segue a movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos:

Controladora

| | Saldo em 2020 | Reconhecidos no resultado | Saldo em 2021 |
|---|--------------------|------------------------------|-----------------------|
| Ativos fiscais diferidos: | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 535 | (109) | 426 |
| Provisão para riscos | 1.120 | 58 | 1.178 |
| Provisão de Contingências Tributárias | 4.160 | (4.160) | - |
| Provisão Participação Resultados | 412 | 53 | 465 |
| | <u>6.227</u> | <u>(4.158)</u> | <u>2.070</u> |
| Passivos fiscais diferidos: | | | |
| Realização sobre reserva de avaliação patrimonial | <u>(6.252)</u> | 286 | <u>(5.966)</u> |
| | <u>(6.252)</u> | <u>286</u> | <u>(5.966)</u> |
| Ativos e (passivos) fiscais diferidos líquidos | <u><u>(24)</u></u> | <u><u>(3.872)</u></u> | <u><u>(3.896)</u></u> |

| | Saldo em 2019 | Reconhecidos no resultado | Saldo em 2020 |
|---|----------------|---------------------------|----------------|
| Ativos fiscais diferidos: | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 200 | 335 | 535 |
| Provisão para riscos | 350 | 770 | 1.120 |
| Provisão de Contingências Tributárias | 4.160 | - | 4.160 |
| (-) Provisão Perdas de Estoque | 223 | (223) | - |
| Provisão de Comissão e Campanha | 323 | (323) | - |
| Provisão Participação Resultados | 452 | (40) | 412 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 5.909 | (5.909) | - |
| Saldo final | 11.617 | (5.390) | 6.227 |
| Passivos fiscais diferidos: | | | |
| Realização sobre reserva de avaliação patrimonial | (6.539) | 288 | (6.252) |
| Saldo final | (6.539) | 288 | (6.252) |
| Ativos e (passivos) fiscais diferidos líquidos | 5.078 | (5.102) | (24) |

Consolidado

| | Saldo em 2020 | Reconhecidos no resultado | Saldo em 2021 |
|---|----------------|---------------------------|----------------|
| Ativos fiscais diferidos: | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 534 | (109) | 425 |
| Provisão para riscos | 1.508 | 72 | 1.580 |
| Provisão de Contingências Tributárias | 4.160 | (4.160) | - |
| Provisão Participação Resultados | 413 | 53 | 466 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | - | - | - |
| Saldo final | 6.615 | (4.144) | 2.472 |
| Passivos fiscais diferidos: | | | |
| Realização sobre reserva de avaliação patrimonial | (8.090) | 428 | (7.662) |
| Saldo final | (8.090) | 428 | (7.662) |
| Ativos e passivos fiscais diferidos líquidos | (1.475) | (3.716) | (5.190) |

| | Saldo em 2019 | Reconhecidos no resultado | Saldo em 2020 |
|---|----------------|---------------------------|----------------|
| Ativos fiscais diferidos: | | | |
| Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa | 200 | 334 | 534 |
| Provisão para riscos | 626 | 882 | 1.508 |
| Provisão de Contingências Tributárias | 4.160 | - | 4.160 |
| (-) Provisão Perdas de Estoque | 280 | (280) | - |
| Provisão de Comissão e Campanha | 323 | (323) | - |
| Provisão Participação Resultados | 453 | (40) | 413 |
| Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa | 9.591 | (9.591) | - |
| Saldo final | 15.633 | (9.018) | 6.615 |
| Passivos fiscais diferidos: | | | |
| Realização sobre reserva de avaliação patrimonial | (8.520) | 430 | (8.090) |
| Saldo final | (8.520) | 430 | (8.090) |
| Ativos e passivos fiscais diferidos líquidos | 7.113 | (8.588) | (1.475) |

a) IRPJ e CSLL diferidos

Os débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da avaliação a valor justo de ativos decorrentes da adoção dos novos pronunciamentos. Com o registro do custo atribuído (*deemed cost*), a Empresa reconheceu os passivos fiscais diferidos sobre a mais-valia, sendo registrados 25% de Imposto de Renda e 9% de Contribuição Social.

b) IRPJ e CSLL corrente (a pagar)

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------|--------------|------------|-------------|--------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| IRPJ/CSLL | - | 146 | - | 6.955 |
| | - | 146 | - | 6.955 |

Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

Controladora

| | 2021 | 2020 |
|--|---------------|---------------|
| Resultado do exercício antes dos impostos | 68.658 | 90.513 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal | 23.343 | 30.774 |
| Exclusão de Equivalência Patrimonial | (14.979) | (37.150) |
| Exclusão Subvenção de Investimento | (12.239) | (11.771) |
| Outras adições/exclusões permanentes | (2.787) | (6.372) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (2.790) | (4.905) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (3.872) | (5.102) |
| Alíquota efetiva de impostos | 9,7% | 11% |

Consolidado

| | | |
|--|---------------|---------------|
| Resultado do exercício antes dos impostos | 72.866 | 114.022 |
| Alíquota nominal | 34% | 34% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social à alíquota nominal | 24.774 | 38.768 |
| Exclusão de Equivalência Patrimonial | (14.979) | (37.150) |
| Exclusão Subvenção de Investimento | (20.412) | (19.694) |
| Diferido não constituído sobre diferença temporária | - | (2.100) |
| Adições/Exclusões permanentes | 3.492 | (4.053) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (3.409) | (15.641) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (3.716) | (8.588) |
| Alíquota efetiva de impostos | 9,8% | 21% |

22 Provisão para contingências

A Empresa e sua controlada possui processos de natureza civil e trabalhista, todos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para contingência no montante de R\$ 3.466 na controladora e R\$ 4.648 no consolidado (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 15.529 na controladora e R\$ 16.670 no consolidado), refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, como segue:

Controladora

| | Cíveis | Trabalhista | Tributária | Total |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 188 | 842 | 12.234 | 13.264 |
| Reversões | (63) | (202) | - | (265) |
| Provisões | 574 | 1.956 | - | 2.530 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 699 | 2.596 | 12.234 | 15.529 |
| Reversões | (307) | (688) | (12.234) | (13.229) |
| Provisões | 624 | 542 | - | 1.166 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.016 | 2.450 | - | 3.466 |

Consolidado

| | Cíveis | Trabalhista | Tributária | Total |
|---|--------------|--------------|---------------|---------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2019 | 201 | 1.639 | 12.234 | 14.074 |
| Reversões | (63) | (414) | - | (478) |
| Provisões | 1.052 | 2.021 | - | 3.073 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 1.190 | 3.246 | 12.234 | 16.670 |
| Reversões | (314) | (835) | (12.234) | (13.383) |
| Provisões | 624 | 737 | - | 1.361 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 1.500 | 3.148 | - | 4.648 |

Para as provisões apresentadas acima existem depósitos judiciais no montante de R\$ 251 na controladora e R\$ 515 no consolidado (R\$ 151 na controladora em 2020, e R\$ 391 no consolidado).

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2021, além dos valores anteriormente mencionados, as contingências passivas decorrentes de causas trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja avaliação dos assessores legais da Empresa apontam para uma probabilidade possível de perda, possui o montante de R\$ 2.400 (4.200 em 31 de dezembro de 2020).

23 Patrimônio líquido - Controladora

Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em é de R\$27.106 dividido em 2.710.588 quotas (idênticas a 31 de dezembro de 2020), as quais estão divididas entre os quotistas da seguinte forma:

| | 2021 | | 2020 | |
|------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Quotas | Valor | Quotas | Valor |
| Glanelli Participações Ltda. | 1.355.294 | 13.553 | 1.355.294 | 13.553 |
| Kyoto Participações Ltda. | 1.355.294 | 13.553 | 1.355.294 | 13.553 |
| | 2.710.588 | 27.106 | 2.710.588 | 27.106 |

Reservas de subvenção para investimentos (Reservas de capital)

A reserva de lucros sobre subvenção para investimento da controlada é decorrente do benefício fiscal “PRODUZIR”, referente ao Estado de Goiás, em sua unidade fabril localizada no município de Cristalina, e é reconhecida na apuração do ICMS de sua unidade operacional localizada naquele Estado, uma vez que as condições necessárias para auferir o incentivo já foram cumpridas. Posteriormente, quando do encerramento do exercício, são destinados à rubrica “reserva de subvenção para investimentos”.

A reserva de lucros sobre subvenção para investimento da controladora é decorrente do regime especial de tributação do ICMS (crédito outorgado), referente ao Estado de São Paulo, onde permite ao crédito de porcentagem fixa sobre suas saídas, em substituição ao aproveitamento dos créditos do imposto relativos à aquisição de produtos agrícolas, energia elétrica, telecomunicação e óleo combustível utilizados no processo industrial, em substituição ao sistema normal de creditamento. Os valores reconhecidos no resultado do exercício da controladora totalizam R\$ 35.998, registrados como redutora da receita.

A Lei nº 11.638/07 revogou a permissão de as Empresas contabilizarem as subvenções para investimento como reserva de capital. A subvenção passou a ter a natureza de receita normal da controlada, tendo sua contrapartida na rubrica “Receita operacional líquida” no resultado do exercício - e facultativamente destinada a uma reserva de lucros.

A Controlada constitui "Reserva de Incentivos Fiscais " ao final de cada exercício societário em que é apurado lucro. A Empresa mantém controles paralelos para que o valor correspondente da reserva seja capitalizado à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes, conforme IN 1.515/14, artigo 3º, § 3º e Lei 12.973/14, artigo 30, § 3º. Em 31 de dezembro de 2021 não há saldo de Reserva de Incentivos Fiscais, não constituídas. Os valores reconhecidos no resultado consolidado do exercício na rubrica de Impostos sobre vendas como “subvenção para investimentos” totalizam R\$ 15.464 (R\$ 13.281 em 31 de dezembro de 2020).

Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito referente à adoção do custo atribuído da Empresa e ajuste de avaliação patrimonial reflexa de controlada feita para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo imobilizado e sua respectiva Interpretação Técnica ICPC 10, deduzido do respectivo Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos, que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

24 Receita operacional líquida

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos produtos vendidos é como segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Receita bruta com vendas | 1.036.830 | 917.736 | 1.046.989 | 929.125 |
| (-) Deduções s/vendas | | | | |
| Impostos sobre vendas | (217.217) | (189.131) | (275.166) | (240.779) |
| Devoluções | (17.319) | (11.456) | (24.605) | (16.387) |
| Descontos incondicionais | (24.672) | (40.158) | (24.672) | (40.157) |
| Receita operacional líquida | 777.622 | 676.991 | 722.546 | 631.802 |

25 Custos dos produtos vendidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Matéria prima, insumos e embalagens | (453.581) | (385.990) | (285.585) | (219.935) |
| Despesas com pessoal | (17.082) | (12.105) | (35.006) | (22.472) |
| Encargos sociais | (6.336) | (5.250) | (13.002) | (10.188) |
| Benefícios | (6.960) | (9.384) | (16.444) | (18.980) |
| Manutenção | (9.369) | (10.505) | (27.418) | (25.309) |
| Depreciação | (7.806) | (7.367) | (15.659) | (15.470) |
| Serviços prestados | (954) | (1.092) | (2.879) | (4.540) |
| Energia elétrica | (2.723) | (2.671) | (8.434) | (7.722) |
| Lenha/GLP/combustível | (2.707) | (2.691) | (11.128) | (7.218) |
| Aluguel | (16) | (595) | (16) | (872) |
| Outros custos | (1.579) | (2.461) | (3.895) | (4.192) |
| | (509.113) | (440.111) | (419.466) | (336.898) |

26 Despesas gerais, administrativas e comerciais

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Despesas com pessoal | (29.223) | (25.625) | (34.811) | (29.822) |
| Fretes | (88.690) | (73.979) | (88.690) | (73.979) |
| Serviços de Terceiros | (21.149) | (19.067) | (22.520) | (21.172) |
| Baixa Contingência Tributária | 12.234 | - | 12.234 | - |
| Impostos e Taxas | (12.759) | (2.760) | (19.945) | (8.163) |
| Comissões | (18.801) | (12.910) | (18.801) | (12.910) |
| Promotores Vendas | (10.198) | (7.161) | (10.198) | (7.161) |
| Despesas gerais | (2.093) | (4.825) | (4.419) | (5.433) |
| Despesas comerciais | (3.243) | (2.390) | (3.243) | (6.531) |
| Prêmio/Bonificação | (10.124) | (4.141) | (10.124) | - |
| Depreciação | (2.777) | (2.260) | (3.659) | (3.260) |
| | (186.823) | (155.118) | (204.176) | (168.431) |
| Vendas e Comercial | (148.308) | (116.890) | (149.527) | (117.390) |
| Gerais e administrativas | (38.515) | (38.228) | (54.649) | (51.041) |
| | (186.823) | (155.118) | (204.176) | (168.431) |

27 Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Despesas: | | | | |
| Desconto concedido | (24.674) | (21.731) | (24.674) | (21.759) |
| Juros sobre empréstimos | (5.673) | (5.652) | (6.245) | (10.242) |
| Variação cambial passiva | (558) | (7.801) | (1.119) | (8.802) |
| Despesas bancárias | (428) | (404) | (484) | (408) |
| Encargos financeiros s/ <i>Leasing</i> | (228) | (267) | (234) | (710) |
| Juros pagos | (9) | (454) | (10) | (436) |
| IOF | (36) | (77) | (37) | (89) |
| Comissões bancárias | (56) | (576) | (56) | (576) |
| Pis/Cofins s/receitas financeira | (101) | (120) | (126) | (380) |
| Juros Incorridos – Direito Uso | (1.841) | (2.214) | (1.813) | (2.303) |
| Derivativos financeiros passivo | (1.543) | (3.001) | (1.543) | (3.001) |
| Total das despesas financeiras | (35.147) | (42.297) | (36.341) | (48.706) |
| Receita: | | | | |
| Variação cambial ativa | 491 | 3.367 | 864 | 3.932 |
| Rendimento aplicação financeira | 1.524 | 872 | 1.564 | 897 |
| Juros recebidos | 603 | 577 | 891 | 978 |
| Desconto obtido | 36 | 82 | 44 | 280 |
| Derivativo financeiro ativo | 1.543 | 7.215 | 1.543 | 7.215 |
| Atualização Monetária | - | 1.042 | 200 | 5.993 |
| Outras receitas financeiras | 9 | 5 | 9 | 14 |
| Total das receitas financeiras | 4.206 | 13.160 | 5.115 | 19.309 |
| Resultado financeiro líquido | (30.941) | (29.137) | (31.226) | (29.397) |

28 Outras receitas e (despesas) operacionais líquidas

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Despesas: | | | | |
| Outras | (3.528) | (1.911) | (3.584) | (2.009) |
| Total das despesas | (3.528) | (1.911) | (3.584) | (2.009) |
| Receita: | | | | |
| Recuperação de sinistro | 629 | 617 | 644 | 2.895 |
| Crédito Exclusão ICMS Base Pis/Cofins (i) | - | - | - | 14.108 |
| Crédito Pis/Cofins Extemporâneo | 5.009 | - | 6.215 | - |
| Outras | 824 | 2.032 | 1.913 | 1.952 |
| Total das receitas | 6.462 | 2.649 | 8.772 | 18.955 |
| Total de outras receitas e (despesas) líquidas | 2.934 | 738 | 5.188 | 16.946 |

(i) Refere-se ao crédito reconhecido da exclusão do ICMS na base de PIS e da Cofins decorrente da decisão judicial transitada em julgado em 27/05/2020 na controlada. O pedido de habilitação de crédito foi formalizado em 26/11/2020.

29 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| Controladora 2021 | Valor justo por meio de resultado | Custo Amortizado | Outros | | Nível 1 | Nível 2 | Nível3 | Total |
|---|--------------------------------------|---------------------|-------------------------|----------------|----------|---------------|----------|---------------|
| | | | Passivos Financeiros | Total | | | | |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 31.318 | | - | 31.318 | - | 31.318 | - | 31.318 |
| Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 4.397 | | 4.397 | - | - | - | - |
| Contas a receber | - | 98.850 | | 98.850 | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | 500 | - | 500 | - | - | - | - |
| Total | 31.318 | 103.747 | - | 135.065 | - | 31.318 | | 31.318 |
| Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 54.277 | 54.277 | - | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 56.267 | 56.267 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 367 | 367 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 110.911 | 110.911 | - | - | - | - |

Fugini Alimentos Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

| Controladora | | | Outros | | | | | |
|--|--------------------------|-------------------|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------|
| 2020 | Valor justo por | Custo | Passivos | | | | | |
| Ativos financeiros mensurados | meio de resultado | Amortizado | Financeiros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível 3 | Total |
| ao valor justo | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 51.869 | | - | 51.869 | - | 51.869 | - | 51.869 |
| Ativos financeiros não-mensurados | | | | | | | | |
| ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 4.657 | | 4.657 | - | - | - | - |
| Contas a receber | - | 83.092 | | 83.092 | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | 489 | - | 489 | - | - | - | - |
| Total | 51.869 | 88.238 | - | 140.107 | - | 51.869 | - | 51.869 |
| Passivos financeiros não-mensurados | | | | | | | | |
| ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 103.688 | 103.688 | - | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 71.526 | 71.526 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 343 | 343 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 175.557 | 175.557 | - | - | - | - |

Fugini Alimentos Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021

| Consolidado 2021 | Valor justo por meio de resultado | Custo Amortizado | Outros Passivos Financeiros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível3 | Total |
|---|--------------------------------------|---------------------|-----------------------------------|----------------|----------|---------------|----------|---------------|
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 31.337 | | - | 31.337 | - | 31.337 | - | 31.337 |
| Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 4.730 | | 4.730 | - | - | - | - |
| Contas a receber | - | 99.936 | | 99.936 | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | 924 | - | 924 | - | - | - | - |
| Total | 31.337 | 105.590 | - | 136.927 | - | 31.337 | - | 31.337 |
| Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 57.579 | 57.579 | - | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 93.415 | 93.415 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 474 | 474 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 151.468 | 151.468 | - | - | - | - |
| | | | | | | | | |
| Consolidado 2020 | Valor justo por meio de resultado | Custo Amortizado | Outros Passivos Financeiros | Total | Nível 1 | Nível 2 | Nível3 | Total |
| Ativos financeiros mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Aplicações financeiras | 51.880 | | - | 51.880 | - | 51.880 | - | 51.880 |
| Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | - | 4.870 | | 4.870 | - | - | - | - |
| Contas a receber | - | 84.639 | | 84.639 | - | - | - | - |
| Outras contas a receber | - | 1.173 | - | 1.173 | - | - | - | - |
| Total | 51.880 | 90.682 | - | 142.562 | - | 51.880 | - | 51.880 |
| Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 123.570 | 123.570 | - | - | - | - |
| Outros passivos financeiros | | | | | | | | |
| Fornecedores | - | - | 74.073 | 74.073 | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 673 | 673 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 198.316 | 198.316 | - | - | - | - |

b. Mensuração do valor justo

O valor justo dos demais passivos financeiros determinados para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data da apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional

(iii) Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão de estrutura de gerenciamento de risco. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. Os gestores de cada departamento reportam regularmente a Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual o Grupo estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(iv) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco do Grupo incorrerem em perdas caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falha em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis e de caixa e equivalentes de caixa.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. Para contas a receber de clientes, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base, conforme descrito em Nota Explicativa nº 10.

(v) Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

| Recebíveis | Controladora | Consolidado |
|---|---------------------|--------------------|
| Em 31 de dezembro de 2021 | | |
| <i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i> | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados | 93.850 | 99.936 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35.715 | 36.067 |
| Em 31 de dezembro de 2020 | | |
| <i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i> | | |
| Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados | 83.092 | 84.639 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 56.526 | 56.750 |

(vi) Contas a receber

O valor das contas a receber de clientes é substancialmente originário da venda de produtos alimentícios.

A composição por vencimento de contas a receber de clientes e outros recebíveis na data das demonstrações contábeis para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

A composição das contas a receber por idade de vencimento é conforme segue:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| A vencer | 97.069 | 82.066 | 97.951 | 83.331 |
| Vencidas: | | | | |
| Em até 30 dias | 2.207 | 2.069 | 2.207 | 2.169 |
| De 31 à 60 dias | 431 | 121 | 431 | 121 |
| Após 60 dias | 5.842 | 5.846 | 6.186 | 6.168 |
| | 105.549 | 90.102 | 106.775 | 91.789 |
| (-) Provisão de perdas de crédito esperadas | (6.699) | (7.010) | (6.839) | (7.150) |
| | 98.850 | 83.092 | 99.936 | 84.639 |

A exposição do Grupo e sua controlada a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição e características dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Não há concentração geográfica de risco de crédito.

A realização do crédito do contas a receber de clientes é avaliada com base na política de crédito estabelecida pela Administração. O contas a receber de clientes é relacionado a vários clientes e por serem pulverizados o Grupo e sua controlada utilizam o histórico de inadimplência coletiva para a decisão de constituição de provisão em contrapartida ao resultado.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Empresa e sua controlada acreditam que, conforme indicado, a provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está adequada em relação aos saldos de contas a receber.

(vii) Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa e sua controlada detinham caixa e equivalentes de caixa de R\$ 36.067 (R\$ 56.750, em 31 de dezembro de 2020), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

(viii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa e sua controlada irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa e sua controlada:

Controladora

| | 2021 | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| | Valor contábil | Valor do fluxo contratual | Até 12 meses | 01 - 02 anos | 02 - 04 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 56.634 | 56.634 | 56.634 | - | - |
| Empréstimos bancários garantidos | <u>54.277</u> | <u>56.000</u> | <u>37.859</u> | <u>17.274</u> | <u>867</u> |
| | <u>110.911</u> | <u>112.634</u> | <u>94.493</u> | <u>17.274</u> | <u>867</u> |

| | 2020 | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | Valor contábil | Valor do fluxo contratual | Até 12 meses | 01 - 02 anos | 02 - 04 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 71.869 | 71.869 | 71.869 | - | - |
| Empréstimos bancários garantidos | <u>103.688</u> | <u>108.095</u> | <u>51.952</u> | <u>36.307</u> | <u>19.836</u> |
| | <u>175.557</u> | <u>179.964</u> | <u>123.821</u> | <u>36.307</u> | <u>19.836</u> |

Consolidado

| | 2021 | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------------|---------------------|
| | Valor contábil | Valor do fluxo contratual | Até 12 meses | 01 - 02 anos | 02 - 04 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 93.889 | 93.889 | 93.889 | | |
| Empréstimos bancários garantidos | <u>57.579</u> | <u>60.660</u> | <u>42.267</u> | <u>17.526</u> | <u>867</u> |
| | <u>151.468</u> | <u>154.549</u> | <u>136.156</u> | <u>17.526</u> | <u>867</u> |

| | 2020 | | | | |
|---|-----------------------|----------------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|
| | Valor contábil | Valor do fluxo contratual | Até 12 meses | 01 - 02 anos | 02 - 04 anos |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | |
| Fornecedores e outras contas a pagar | 74.746 | 74.746 | 74.746 | | |
| Empréstimos bancários garantidos | <u>123.570</u> | <u>128.822</u> | <u>69.293</u> | <u>39.450</u> | <u>20.079</u> |
| | <u>198.316</u> | <u>203.568</u> | <u>144.039</u> | <u>39.450</u> | <u>20.079</u> |

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa e sua controlada. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa e sua controlada para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa e sua controlada, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Empresa e sua controlada, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é aplicado em operações compromissadas de renda fixa, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(i) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Empresa e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(ii) *Risco de taxa de juros*

Risco de taxa de juros é o risco da Empresa e sua controlada virem a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros e câmbio, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa e sua controlada buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. As operações da Empresa e sua controlada estão expostas a taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa e sua controlada não há exposição a variação cambial.

Análise de sensibilidade

A Empresa utiliza-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade para riscos de Mercado originados por instrumentos financeiros, a Empresa analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros

A Empresa adotou três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quarto que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa.

O cenário Provável foi definido internamente pela Empresa e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Controladora

| Instrumentos | Exposição em 31/12/2021 | Risco | Taxa média | Cenário - aumento | | | | | |
|--|----------------------------|-------|---------------|-------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|----------------|
| | | | | Provável | | Variação de índice em 25% | | Variação de índice em 50% | |
| | | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Aplicações financeiras | 31.318 | CDI | 6,00% a.a. | 6% | 1.879 | 8% | 2.349 | 9% | 2.819 |
| Capital de giro | (53.325) | CDI | 5,00% a.a. | 6% | (3.200) | 8% | (3.999) | 9% | (4.799) |
| Finame | (952) | CDI | 6,00% a.a. | 6% | (57) | 8% | (71) | 9% | (86) |
| Resultados financeiros líquidos | (22.959) | | | | (1.378) | | (1.722) | | (2.066) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | | (344) | | (689) |

| Instrumentos | Exposição em 31/12/2021 | Risco | Taxa média | Cenário - Redução | | | | | |
|--|----------------------------|-------|---------------|----------------------|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|--------------|
| | | | | Provável | | Variação de índice em - 25% | | Variação de índice em - 50% | |
| | | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Aplicações financeiras | 31.318 | CDI | 6,00% a.a. | 6% | 1.879 | 5% | 1.409 | 3% | 940 |
| Capital de giro | (53.325) | CDI | 5,00% a.a. | 6% | (3.200) | 5% | (2.400) | 3% | (1.600) |
| Finame | (952) | CDI | 6,00% a.a. | 6% | (57) | 5% | (43) | 3% | (689) |
| Resultados financeiros líquidos | (22.959) | | | | (1.378) | | (1.033) | | (689) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | | 344 | | 689 |

Consolidado

| Instrumentos | Exposição em 31/12/2021 | Risco | Taxa média | Cenário - aumento | | | | | |
|--|-------------------------|-------|------------|-------------------|----------------|---------------------------|----------------|---------------------------|----------------|
| | | | | Provável | | Variação de índice em 25% | | Variação de índice em 50% | |
| | | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Aplicações financeiras | 31.337 | CDI | 6,00% a.a. | 6% | 1.880 | 8% | 2.350 | 9% | 2.820 |
| Capital de giro | (56.499) | CDI | 5,00% a.a. | 6% | (3.390) | 8% | (4.237) | 9% | (5.085) |
| Finame | (1.080) | CDI | 6,00% a.a. | 6% | (65) | 8% | (81) | 9% | (97) |
| Resultados financeiros líquidos | (26.242) | | | | (1.575) | | (1.968) | | (2.362) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | | (394) | | (787) |

| Instrumentos | Exposição em 31/12/2021 | Risco | Taxa média | Cenário - Redução | | | | | |
|--|-------------------------|-------|------------|-------------------|----------------|-----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------|
| | | | | Provável | | Variação de índice em - 25% | | Variação de índice em - 50% | |
| | | | | % | Valor | % | Valor | % | Valor |
| Aplicações financeiras | 31.337 | CDI | 6,00% a.a. | 6% | 1.880 | 5% | 1.410 | 3% | 940 |
| Capital de giro | (56.499) | CDI | 5,00% a.a. | 6% | (3.390) | 5% | (2.542) | 3% | (1.695) |
| Finame | (1.080) | CDI | 6,00% a.a. | 6% | (65) | 5% | (49) | 3% | (32) |
| Resultados financeiros líquidos | (26.242) | | | | (1.575) | | (1.181) | | (787) |
| Impacto no resultado e patrimônio líquido | | | | | | | 394 | | 787 |

(iii) Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa e sua controlada eram:

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 35.715 | 56.526 | 36.067 | 56.750 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Empréstimos | (54.277) | (103.688) | (57.579) | (123.570) |
| | (16.562) | (47.162) | (21.512) | (66.820) |

Derivativo - SWAP

Derivativos (ativos) / passivos mantido para hedge de empréstimos

| | 2021 | 2020 |
|--|------|-------|
| Swap de taxa de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - ativo | - | 1.188 |
| Swap de taxa de juros e contratos de câmbio a prazo utilizados para hedge - passivos | - | |

Em 31 de dezembro de 2021

| Modalidade | Banco | Principal (R\$) | Taxa ativa | Taxa passiva | Vencimento | Efeito no Resultado 2021 |
|------------|----------|-----------------|------------|----------------|------------|--------------------------|
| SWAP | Bradesco | 3.743 | 5,58%.a.a. | 182,4 % do CDI | 09/08/2021 | - |
| | | | | | | - |
| | | | | | | - |

Em 31 de dezembro de 2020

| Modalidade | Banco | Principal (R\$) | Taxa ativa | Taxa passiva | Vencimento | Efeito no Resultado 2020 |
|------------|----------|-----------------|------------|----------------|------------|--------------------------|
| SWAP | Bradesco | 3.743 | 5,58%.a.a. | 182,4 % do CDI | 09/08/2021 | (4.214) |
| | | | | | | (4.214) |
| | | | | | | (4.214) |

Os referidos contratos de *SWAPs* foram firmados com as Instituições Financeiras, “*hedgando*” a taxa pré-fixada mais variação cambial pela taxa pré-fixada mais variação cambial. Conforme CPC-38 -Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração, os referidos contratos de *SWAPs* e *NDFs* classificam-se como “*hedge a valor justo*” sendo o ganho ou a perda proveniente de alteração /no valor justo de ativo financeiro ou passivo financeiro reconhecido no resultado. Não ocorreram operações de derivativos no exercício de 2021.

(iv) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e sua controlada e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento na Empresa real. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Empresa e sua controlada.

O objetivo da Empresa e sua controlada é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscando eficácia de custos, para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

As instalações de produção do Grupo estão sujeitas às regulamentações ambientais. O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

(v) *Risco de estrutura de capital*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa e sua controlada faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa e sua controlada monitoram permanentemente os níveis de alavancagem de acordo com os padrões de mercado.

Gerenciamento de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Para tanto, a Administração monitora a relação da dívida líquida em relação ao patrimônio líquido total.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida da Empresa e sua controlada para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|----------------|
| | 2021 | 2020 | 2021 | 2020 |
| Total do passivo | 152.817 | 229.262 | 207.829 | 273.345 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa | (35.715) | (56.526) | (36.067) | (56.750) |
| Dívida líquida (A) | 117.102 | 172.736 | 171.762 | 216.595 |
| Total do patrimônio líquido (B) | 232.389 | 171.891 | 256.646 | 195.557 |
| Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado em 31 de dezembro (A/B) | 0,503 | 1,004 | 0,669 | 1,10 |

30 Partes relacionadas - Controladora

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa e sua controlada contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave no montante de R\$ 258 (R\$ 250 em 31 de dezembro de 2020). Toda a remuneração trata-se de benefícios de curto prazo. O pessoal-chave da Administração são os Diretores da Empresa e sua controlada.

Benefícios a empregados

O Grupo fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, alimentação e transporte.

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Empresas ligadas do mesmo grupo econômico.

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas abaixo, e compreendem:

| Controladora | Passivo | |
|---|----------------|---------------|
| | 2021 | 2020 |
| Fornecedores - (Nota explicativa nº16) | | |
| Kyoto Participações Ltda. | 216 | 216 |
| Glanelli Participações Ltda. | 216 | 216 |
| Fugini Logística Ltda. | 3.035 | 975 |
| Fugini Participações Ltda. | 441 | 310 |
| Cristalina Alimentos Ltda. | 11.333 | 35.970 |
| | 15.241 | 37.687 |
| Total | 15.241 | 37.687 |
| | | |
| Consolidado | Passivo | |
| | 2021 | 2020 |
| Fornecedores - (Nota explicativa nº16) | | |
| Kyoto Participações Ltda. | 216 | 216 |
| Glanelli Participações Ltda. | 216 | 216 |
| Fugini Logística Ltda. | 3.035 | 975 |
| Fugini Participações Ltda. | 226 | 388 |
| | 3.693 | 1.795 |
| Total | 3.693 | 1.795 |

Transações que afetaram o resultado

As transações significativas que influenciaram os resultados dos exercícios foram as seguintes:

| | 2021 | 2020 |
|---|-------------|-------------|
| Compras de matéria-prima e produtos para revenda | | |
| Cristalina Alimentos Ltda. (a) | 403.612 | 349.596 |
| | <hr/> | <hr/> |
| | 403.612 | 349.596 |
| | <hr/> <hr/> | <hr/> <hr/> |

- (a)** Refere-se a compra de matéria prima realizada pela Empresa, na qual é utilizada em sua operação e representou 86% do seu custo de produção no exercício. Os termos e condições dessas transações não foram mais favoráveis que aqueles disponíveis, ou que razoavelmente espera-se que estivessem disponíveis, em transações semelhantes em condições usuais de mercado com entidades não relacionadas ao pessoal chave da Administração e são definidos entre as partes

Fugini Alimentos Ltda.

Composição da Diretoria

Auro Ninelli
Administrador

Cristina Massae Fugita Abraão
Administradora

Contadora

Regiane Cristina Sechirolli da Silva

CRC nº 1-SP2415385/O-3